SUMÁRIO

1.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 0500391-64.2020.8.05.0103 26

EMENTA. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, *CAPUT,* DA LEI Nº 11.343/06). RECURSO MINISTERIAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE. ERRO MATERIAL. LAUDO PERICIAL DEFINITIVO CONSTANTES DOS AUTOS. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. VALIDADE DO DEPOIMENTO PRESTADO POR POLICIAIS. APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO – ART. 33, §4º, DA LEI 11.343/06. IMPOSSIBILIDADE. PARECER MINISTERIAL PELO PROVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

2.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0300275-17.2020.8.05.0079 50

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (ART. 215-A DO CP). RECURSO INTERPOSTO PELO RÉU. REQUERIMENTO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO. NÃO OCORRÊNCIA. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA COM OUTROS MEIOS DE PROVA. ALEGADA UTILIZAÇÃO DE MEDICAÇÃO CONTROLADA PARA DORMIR. RÉU QUE AFIRMA TER INGERIDO BEBIDA ALCOÓLICA AO MESMO TEMPO EM QUE FEZ USO DE FÁRMACO DE USO CONTROLADO. EMBRIAGUEZ VOLUNTÁRIA QUE NÃO ACARRETA ISENÇÃO DE PENA. INTELIGÊNCIA DO ART. 28, II, DO CP. PARECER DA PROCURADORIA PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

3.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 8003045-72.2024.8.05.0080... 76

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME DE LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, § 9º, C/C ARTS. 5º E 7º DA LEI Nº 11.340/2006). RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL PELO MAGISTRADO *A QUO*. IRRESIGNAÇÃO DA ACUSAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

4.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8000290-19.2021.8.05.0262 100

EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, E ART. 129, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. RECURSO MINISTERIAL PRETENDENDO A REFORMA DO "DECISUM" PARA SUBMETER O RECORRIDO A NOVO JÚRI. RESPOSTA POSITIVA AO QUESITO ÚNICO DE ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AO CRIME PREVISTO NO ART. 129 DO CP E NEGATIVA DE AUTORIA EM RELAÇÃO AO CRIME PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, TAMBÉM DO CP. VEREDITO ABSOLUTÓRIO EM MANIFESTA CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. ARBITRARIEDADE OU NULIDADE NA DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. ELEMENTOS FÁTICOS CONSTANTES DOS AUTOS JUSTIFICAM A MODIFICAÇÃO DA ABSOLVIÇÃO PROFERIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA SUBMETER O APELADO A NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PARECER MINISTERIAL PELO PROVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

5.

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 2001050-04.2026.8.05.0001 ... 128

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS (ART. 111 DA LEP). REINCIDÊNCIA TÉCNICA CONFIGURADA SOMENTE EM CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. DECISÃO QUE ESTENDE O GRAVAME À TOTALIDADE DAS SANÇÕES SOMADAS. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 63 DO CÓDIGO PENAL. OFENSA À COISA JULGADA MATERIAL E AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. *BIS IN IDEM* CONFIGURADO. NECESSIDADE DE CISÃO DE LAPSOS NA EXECUÇÃO UNIFICADA. PARECER MINISTERIAL PELO NÃO PROVIMENTO. AGRAVO EM EXECUÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

6.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 0322600-41.2011.8.05.0001 142

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06). POSSE DE MACONHA EM QUANTIDADE INFERIOR A 40 GRAMAS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM INTUITO DE MERCANCIA. APLICABILIDADE DO TEMA 506 DO STF. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO. REMESSA AOS JUIZADOS ESPECIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

7.

***HABEAS CORPUS* Nº 8077755-75.2025.8.05.0000** 168

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ARTIGOS 155, § 4º, I, E 288, *CAPUT*, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 312 DO CPP. PACIENTE PRIMÁRIO, JOVEM, COM RESIDÊNCIA FIXA. CRIME COMETIDO SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. FRAGILIDADE DOS INDÍCIOS DE AUTORIA NO MOMENTO DO FLAGRANTE. PACIENTE APONTADO POR CORRÉU, MAS SEM POSSE DE OBJETOS ILÍCITOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS (ARTIGO 319 DO CPP). LIMINAR CONFIRMADA. PARECER MINISTERIAL PELA CONCESSÃO DA ORDEM. *WRIT* CONHECIDO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

8.

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 2003323-87.2025.8.05.0001 ... 194

DIREITO PENAL E DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONDENAÇÃO ÚNICA. FIXAÇÃO DA DATA-BASE DA EXECUÇÃO. PRISÃO DEFINITIVA OCORRIDA APÓS PERÍODO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVO DELITO OU FALTA GRAVE. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA O DIA DA ÚLTIMA PRISÃO. PERÍODO EM QUE ESTEVE EM LIBERDADE NÃO COMPUTADO COMO DE PENA CUMPRIDA. PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA PELO PROVIMENTO DO AGRAVO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

9.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8021274-94.2022.8.05.0001..... 214

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. ART. 129, §2º, IV, DO CP. RECURSO DO RÉU. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. ÔNUS DA ACUSAÇÃO. ESTADO-ACUSADOR. PALAVRA ISOLADA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE TESTEMUNHAS. LAPSO TEMPORAL EXCESSIVO ENTRE O FATO E A PERSECUÇÃO PENAL. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. DÚVIDA INSUPERÁVEL. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. *IN DUBIO PRO REO*. RECURSO PROVIDO.

10.

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 2000328-56.2025.8.05.0113 ... 240

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, *CAPUT*, DA LEI 11.343/06. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DO REGIME ABERTO. REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. SITUAÇÃO QUE SE EQUIPARA À HIPÓTESE DE EVASÃO PREVISTA NO ARTIGO 113 DO CÓDIGO PENAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA EM FACE DA PENA REMANESCENTE. TESE ACOLHIDA. DECURSO DO TEMPO PRESCRICIONAL CONSTATADO. ESGOTAMENTO DO PRAZO DE PUNIR DO ESTADO. PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA PELA DENEGAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

11.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8002732-53.2021.8.05.0004 252

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PROCESSUAL PENAL. FURTO SIMPLES. ART. 155, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL NÃO INSTAURADO. EXISTÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL SOBRE A INTEGRIDADE MENTAL DO ACUSADO. DECLARAÇÃO DE INIMPUTABILIDADE EM PROCESSO ANTERIOR. RELATÓRIO MÉDICO E TESTEMUNHOS INDICANDO HISTÓRICO DE TRANSTORNO MENTAL. INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL ATO INDISPENSÁVEL. PERÍCIA MÉDICA IMPRESCINDÍVEL PARA O DESLINDE DO FEITO. ARTIGO 149 E SEGUINTES DO CPP. NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO DOS ATOS SOB PENA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. PRECEDENTES. INCONTESTÁVEL PREJUÍZO À PARTE. DECLARAÇÃO DA NULIDADE PARCIAL DO PROCESSO. DEMAIS PLEITOS PREJUDICADOS. PARECER MINISTERIAL PELO PARCIAL PROVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

12.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8146206-57.2022.8.05.0001 286

EMENTA. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, *CAPUT*, DA LEI 11.343/06. RECURSO MINISTERIAL. ABSOLVIÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. ILICITUDE DA PROVA. REVISTA ÍNTIMA VEXATÓRIA. VIOLAÇÃO À DIGNIDADE HUMANA. DESNUDAMENTO E INSPEÇÃO DE CAVIDADES CORPORAIS. AUSÊNCIA DE APARATO TECNOLÓGICO NÃO INVASIVO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INTELIGÊNCIA DO

TEMA 998 DO STF (ARE 959.620/RS). TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA A AFASTAR A PRESUNÇÃO. ÔNUS DA ACUSAÇÃO. ESTADO-ACUSADOR. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. PARECER DA PROCURADORIA PELO PROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

13.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8080638-89.2025.8.05.0001 308

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO (ART. 157, §2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL). RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. RECHAÇADO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. DEPOIMENTOS POLICIAIS COERENTES E HARMÔNICOS. PALAVRA DA VÍTIMA. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA OCULAR. FLAGRANTE EM PERSEGUIÇÃO. NÃO APREENSÃO DA *RES FURTIVA* QUE NÃO AFASTA A AUTORIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA EM MEIO ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. ATO INFRACIONAL COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA APLICAR A INTERNAÇÃO. ACOLHIMENTO. ATO INFRACIONAL MEDIANTE GRAVE AMEAÇA. CONDIÇÕES PESSOAIS DO MENOR DESFAVORÁVEIS. ADEQUADA A INTERNAÇÃO. RECURSO DA DEFESA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DO MP CONHECIDO E PROVIDO.

14.

***HABEAS CORPUS* Nº 8081567-28.2025.8.05.0000** 338

EMENTA. *HABEAS CORPUS* CRIMINAL. EXECUÇÃO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. MANDADO DE PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONDENAÇÃO DEFINITIVA. PENA DE 06 (SEIS) ANOS DE RECLUSÃO. PENA EM CONCRETO. INCIDÊNCIA DO ART. 115 DO CÓDIGO PENAL. MENORIDADE RELATIVA DO RÉU À ÉPOCA DOS FATOS. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PELA METADE. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, SEM INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. TRÂNSITO EM JULGADO CONSOLIDADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017. INÉRCIA ESTATAL POR LAPSO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL. FIXAÇÃO EQUIVOCADA DE MARCO TEMPORAL POSTERIOR, DISSOCIADO DOS ATOS PROCESSUAIS EFETIVAMENTE PRATICADOS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. TEMA 788 DO STF. MODULAÇÃO DE EFEITOS INAPLICÁVEL AO CASO CONCRETO. PRESCRIÇÃO CONSUMADA EM 2023. MANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO APENAS EM 2025. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CANCELAMENTO DEFINITIVO DO MANDADO DE PRISÃO E BAIXA DA EXECUÇÃO PENAL.

15.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 8000891-83.2022.8.05.0199 360

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTIGO 217-A, *CAPUT,* C/C ART. 226, INCISO II, NA FORMA DO ART. 71 TODOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. RECURSO MINISTERIAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA. DEPOIMENTO ESPECIAL DA VÍTIMA. PARECER PSICOLÓGICO E DO CONSELHO TUTELAR. LAUDO PERICIAL. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA COM OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTES DO STJ. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PARECER MINISTERIAL PELO PROVIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

16.

***HABEAS CORPUS* Nº 8047152-53.2024.8.05.0000** 390

EMENTA: DIREITOS HUMANOS, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIME DE PERSEGUIÇÃO OU *STALKING* (ART. 147-A DO CP) E CONTRAVENÇÃO PENAL DE PORTE DE ARMA BRANCA (ART. 19, *CAPUT*, DA LCP). VENTILADA A INSANIDADE MENTAL DO PACIENTE. JUÍZO PRIMEVO QUE SUSPENDEU O CURSO DA AÇÃO PENAL, DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE, BEM COMO A INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DO PACIENTE. CASO XIMENES LOPES. PRIMEIRA CONDENAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PELA CIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 10.216/2001 (LEI DA REFORMA PSIQUIÁTRICA), RESOLUÇÃO CNJ Nº 487/2023 (INSTITUI A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO PODER JUDICIÁRIO) E DO PROVIMENTO CONJUNTO TJBA Nº CGJ/CCI-03/2024. FECHAMENTO DO HCT. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBER NOVAS INTERNAÇÕES PROVISÓRIAS DESDE O DIA 30/1/2024. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INEFICIÊNCIA DOS MEIOS EXTRA-HOSPITALARES. INEXISTÊNCIA DE LAUDO MÉDICO PSIQUIÁTRICO CIRCUNSTANCIADO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE CUJA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE SE ESTENDE HÁ 1 (UM) ANO E 4 (QUATRO) MESES. CONFIGURADO O EXCESSO PRAZAL NÃO ATRIBUÍVEL À DEFESA. PRECEDENTES DO STJ E DO TJBA. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA DENEAÇÃO DA ORDEM. *HABEAS CORPUS* CONHECIDO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.